

**RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.289.018 -
SP (2018/0105582-8)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : IBBCA 2008 GESTAO EM SAUDE LTDA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) -
SP128341
RECORRIDO : UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO
ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
ADVOGADOS : RICARDO CHOLBI TEPEDINO - SP143227
ALFREDO DOMINGUES BARBOSA MIGLIORE - SP182107
JOSÉ EDUARDO TAVANTI JÚNIOR - SP299907
FELIPE EMMANUEL DE FIGUEIREDO - SP375462
CLÁUDIA GRUPPI COSTA - SP356156

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por IBBCA 2008 GESTAO EM SAUDE LTDA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 1.562):

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO PRECEDIDA DE CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. DUPLICATAS EMITIDAS PARA COBRANÇA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ART. 1.022 E 489 DO CPC/2015. RESPONSABILIDADE DA AGRAVANTE PELO PAGAMENTO RECONHECIDA NA ORIGEM. REEXAME. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A decisão agravada afastou a alegada ofensa aos arts. 1.022 e 489, §1º, IV do CPC/2015, destacando que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Assim, não há falar em existência de omissão apenas pelo fato de o julgado recorrido

ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

2. A reforma do acórdão estadual, a fim de acolher a pretensão recursal com a desconstituição de suas premissas como pretende a agravante, demandaria reexame de todo âmbito da relação contratual estabelecida e incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Foram, então, opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados, nos seguintes termos (fl. 1.591):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. OMISSÃO NÃO CONSTATADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso.

2. A parte embargante, na verdade, deseja a rediscussão da matéria, já julgada de maneira inequívoca. Essa pretensão não está em harmonia com a natureza e a função dos embargos declaratórios prevista no art. 1.022 do CPC.

3. Ademais, conforme já decidiu o STJ, “*não há que se falar em reavaliação de provas por esta Corte quando o convencimento dos órgãos de instâncias inferiores foi formado com base em devida análise das provas carreadas aos autos, obedecendo às regras jurídicas na apreciação do material cognitivo*” (AgRg no Ag 1417428/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 05/10/2011).

4. Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.596/1.620), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos artigos 5º, inciso LIV e 93, inciso IX, da Constituição Federal, alegando, para tanto, “a ausência de fundamentação referente aos pedidos formulados pela RECORRENTE, restando incompleta a prestação da atividade jurisdicional *in casu*” (fl. 1.608).

Destaca que “o devido processo legal e o dever de fundamentação previsto constitucionalmente, impõem aos magistrados que a motivação de suas decisões além de explícita, seja clara e específica, trazendo os elementos de sua convicção e permitindo, se for o caso, a contraposição à mesma, por meio dos recursos próprios” (fl. 1.608).

Apresentadas as contrarrazões às fls. 1.627/1.647

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no

julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, p. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo interno e para rejeitar os aclaratórios, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação dos arestos que julgaram, respectivamente, o agravo interno e os embargos de declaração (fls. 1.554/1.559 e 1.585/1.590):

3. Todavia, não obstante os argumentos trazidos pela agravante, reitero que a insurgência não merece acolhida. Isso porque, a decisão agravada afastou a alegada ofensa aos arts. 1.022 e 489, §1º, IV do CPC/2015, destacando que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Assim, não há falar em existência de omissão apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

A esse respeito, o seguinte precedente:

(...)

4. Além disso, observou-se que as razões dos embargos opostos na origem revelam tão somente o intuito de reapreciação da causa e a sua insatisfação com o resultado do julgado, o que não se admite com a objetividade do recurso manejado. É que, a pretexto de omissão, na verdade, pretendeu a reforma da decisão, utilizando-se de via processual inadequada. A esse respeito, confira:

(...)

5. Em outro passo, a decisão ora agravada consignou que o acórdão ao analisar a responsabilidade da agravante pelo pagamento das

duplicatas sacadas pela recorrida, dispôs o seguinte fundamento:

No presente caso, como bem observou o MM. Juízo *a quo*, as duplicatas decorrentes do contrato de plano de saúde coletivo por adesão firmado entre a UNIMED FESP e o IBBCA, ao qual aderiram a Fundação Ruben Berta, a FENAPRF e o SINPRF, possuem respaldo em notas fiscais que comprovam a efetiva prestação de serviços por parte da ré.

Não socorre o IBBCA a alegação de que as referidas duplicatas foram emitidas quando já rescindido o referido contrato por iniciativa das próprias entidades aderentes.

Conforme se verifica nas notificações juntadas a fls. 302/305, 316 e 626/630, a rescisão do contrato, tanto em relação à Fundação Ruben Berta quanto em relação à FENAPRF e ao SINPRF, operou-se em 01.12.2015:

[...]

Portanto, até 30.11.2015, permaneceu o IBBCA, na qualidade de administrador de benefícios, responsável pelo recolhimento do valor das mensalidades de cada um dos beneficiários da Fundação Ruben Berta, da FENAPRF e do SINPRF, para repassá-lo à UNIMED FESP.

Como bem observou a ré na contestação, “os títulos levados a protesto pela FESP e discutidos nesta demanda espelham justamente os valores que a esta deveriam ter sido repassados para os meses de setembro, outubro e novembro de 2015, inclusive porque, diga-se o óbvio, o IBBCA apenas fazia os repasses à FESP após ter recebido dos beneficiários (cf. art. 87 do termo de contratação)” (fls. 06).

No tocante à “formação do preço e mensalidade” e seu pagamento, assim dispôs o contrato firmado entre o IBBCA e a UNIMED FESP, em seus artigos 79, 80, e 82:

“CAPÍTULO X FORMAÇÃO DO PREÇO E MENSALIDADE Art. 79 A formação do preço do presente contrato é pré-estabelecida.

Art. 80 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, via fatura mensal, a importância estipulada no termo de adesão, que foi obtida pela soma dos valores das mensalidades estipuladas de cada um dos beneficiários (titulares e dependentes) inscritos no plano, acrescidos dos valores correspondentes à taxa de inscrição R\$ 0,00.

...

Art. 82 As faturas das mensalidades serão pagas até o dia 30 de cada mês.

§ único Quando a data do vencimento cair em dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser realizado até o primeiro dia útil subsequente.” Evidente, portanto, que é do IBBCA a responsabilidade pelo pagamento das duplicatas referentes aos serviços prestados nos meses de setembro, outubro e novembro de 2015, ainda que seus vencimentos sejam posteriores a 01.12.2015, data em que rescindido o contrato pelas entidades aderentes (Fundação Ruben Berta, FENAPRF e SINPRF).

Note-se que o próprio IBBCA, em apelação, confirma ser o responsável pela administração das carteiras até 30.11.2015 (fls.1.222), esclarecendo que “as notas emitidas no início de

novembro/2015 com vencimento em 30.12.2015, dizem respeito a prestação de serviços realizada neste mesmo mês (novembro/2015)” (fls. 1.223).

Ademais, as notificações enviadas pela Fundação Ruben Berta e pelo SINPRF, filiado à FENAPRF, deixam claro que a vedação à emissão e envio de boletos se referiu apenas aos serviços prestados pela UNIMED FESP a partir de dezembro de 2015, cujo pagamento se daria no mês seguinte (janeiro de 2016), não socorrendo o IBBCA a alegação de que não procedeu à arrecadação dos pagamentos porque estava “impedido” de encaminhar boletos de cobrança a seus associados (fls. 14).

Assim, havendo lastro para a emissão das duplicatas decorrentes do contrato de plano de saúde coletivo firmado entre a UNIMED FESP e o IBBCA, ao qual aderiram a Fundação Ruben Berta, a FENAPRF e o SINPRF, que não foram honradas pelo IBBCA, devido se tornou o protesto dos referidos títulos. (fl. 1331340)

Nesse contexto, a análise das razões recursais e a reforma do aresto hostilizado, com a desconstituição de suas premissas como pretende o recorrente, demandaria reexame de todo âmbito da relação contratual estabelecida e incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido:

(...)

6. Portanto, inexistem razões que justifiquem o acolhimento da pretensão recursal, razão pela qual subsiste incólume o entendimento firmado na decisão agravada.

7. Ante o exposto, nego provimento ao agravo interno.

2. O artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, claramente prescrevem as quatro hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, tratando-se de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a existência de (1) obscuridade, (2) contradição, (3) omissão no julgado, incluindo-se nesta última as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida, e por derradeiro, (4) o erro material.

3. Sobre as hipóteses de cabimento acima mencionadas, Daniel Amorim Assumpção, na obra intitulada Novo Código Civil Comentado, ao discorrer sobre os vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração, assim informa:

(...)

4. Não é a hipótese dos autos. Isso porque, a parte embargante, na verdade, deseja a rediscussão da matéria, já julgada de maneira inequívoca. Essa pretensão não está em harmonia com a natureza e a função dos embargos declaratórios prevista no art. 1022 do CPC. Neste sentido:

(...)

5. Na espécie, o acórdão desta egrégia Quarta Turma ao analisar a questão controvertida, dispôs a seguinte fundamentação:

(...)

Nessa linha de inteligência, não merece acolhida a insurgência do embargante, pois o acórdão local bem esclareceu as questões,

destacando que o IBBCA, ora embargante, é o responsável pelo pagamento das notas emitidas nos meses de setembro, outubro e novembro/2015, ainda que seus vencimentos sejam posteriores a 01/12/2015, data em que ocorreu a rescisão do contrato.

Observe, que o aresto estadual deixou claro que as notas com vencimento em 31/12/2015, dizem respeito à prestação de serviços realizados no mês de novembro/2015. (fls. 1340)

6. Portanto, a convicção a que chegou o acórdão em relação à responsabilidade da embargante pelo pagamento das duplicadas sacadas pela recorrida, ora embargada, decorreu da análise de elementos fáticos-probatórios dos autos e da interpretação de cláusulas contratuais, de modo que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, o que obsta a admissibilidade do especial ante o teor das Súmulas 5 e 7 desta Corte.

7. Cumpre assinalar, que conforme já decidiu o STJ, *“não há que se falar em reavaliação de provas por esta Corte quando o convencimento dos órgãos de instâncias inferiores foi formado com base em detida análise das provas carreadas aos autos, obedecendo às regras jurídicas na apreciação do material cognitivo”* (AgRg no Ag 1417428/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 05/10/2011).

8. Destarte, evidente a impossibilidade de acolhimento dos presentes aclaratórios, pois devidamente motivado o acórdão embargado, além de não ter sido demonstrada a ocorrência de nenhuma das hipóteses do art. 1.022 do Novo CPC.

9. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, não prospera a alegação de ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, uma vez que o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

No mais, o recurso extraordinário foi interposto contra acórdão desta Corte Superior de Justiça que concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso da competência desta Corte e, conseqüentemente, à análise do mérito recursal.

Ocorre, porém, que, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

**PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA
COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA
INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO**

GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso “elemento de configuração da própria repercussão geral”, conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTRAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto). 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira e segunda partes, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**

Vice-Presidente